Estudo da Transparência Internacional entrevistou 22 mil pessoas na América Latina e Caribe

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nesta segunda-feira (9), em São Paulo, da divulgação do estudo “As Pessoas e a Corrupção: América Latina e Caribe”. O relatório, produzido pela organização Transparência Internacional (TI), faz parte da coletânea que mede os índices de percepção de corrupção no mundo. O estudo foi conduzido por meio de entrevista com mais de 22 mil pessoas em 20 países.

Confira o estudo na íntegra (versão em espanhol)

A pesquisa demonstrou que no Brasil, 78% dos 1.204 entrevistados tiveram a percepção de que houve aumento nos níveis de corrupção no país no último ano. No entanto, o estudo revela que a população brasileira está mais engajada a combater esse tipo de crime – 83% acreditam que a ação individual pode fazer a diferença e 74% consideram socialmente aceitável denunciar atos de corrupção. Além disso, 11% da amostra declararam ter sido obrigados a pagar propina para obter acesso à serviços públicos – o segundo índice mais baixo do continente.

Ampliação e valorização

Os dados positivos coincidem com momento de ampliação e valorização dos canais de ouvidoria no Brasil. Entre as iniciativas, que tiveram a contribuição da CGU, estão a criação de normativos (Lei de Proteção e Defesa do Usuário de Serviços Públicos); acordos de cooperação técnica (com o site Reclame AQUI para atendimento às manifestações sobre o Governo Federal); espaços de interlocução institucional (reuniões da Rede Nacional de Ouvidorias); e a disponibilização aos entes federados de novos sistemas para interlocução com o cidadão (e-Ouv Municípios).

Para o ouvidor-geral da União, Gilberto Waller, que foi convidado para o lançamento do estudo da TI, o alto nível de percepção da corrupção no país, associado a sensação de empoderamento do brasileiro junto aos canais de denúncia, demonstra uma forte vontade de fazer a diferença e de mudar o país. “O trabalho das Ouvidorias Públicas está diretamente relacionado a este movimento de tornar o cidadão consciente em agente efetivo do combate a corrupção”, disse.

O ouvidor participou do painel “Reflexões sobre os Resultados desde a Perspectiva do Poder Público, Setor Privado e Sociedade Civil. A mesa de debates também foi composta por Bruno Brandão, representante da Transparência Internacional; Esther Solano, pesquisadora da Unifesp; José Compagno, da EY Brasil; e Ricardo Guimarãoes, da Thymus Branding.

Fonte: CGU, em 09.10.2017.